



DIÁLOGO SOCIAL SOLIDÁRIO: A AMPLIAÇÃO DA SOLIDARIEDADE ORGÂNICA PELA DIALOGIA JORNALÍSTICA¹

Mara Ferreira Rovida²

RESUMO: Os espaços de diálogo amistoso entre indivíduos marcados pela diversidade social não são corriqueiros, mas acontecem. Investir nesses pontos de contato possíveis e pensar o jornalismo como um espaço potencialmente propenso ao desenvolvimento desse tipo de situação é meta expressa na perspectiva da dialogia jornalística. Ao observar a rede acionada pelo jornalista, mediador dialógico, no seu fazer cotidiano, percebe-se a ocorrência da *solidariedade orgânica*, estudada por Émile Durkheim. Tal fenômeno acaba ampliado pela narrativa jornalística dialógica e, além de ser observado entre as fontes de informação e personagens acionados pelo mediador, passa a ser compartilhado pelo público, fruidor da informação. A ampliação desse processo social, fomentada pelo jornalista, é no presente artigo denominada de diálogo social *solidário*.

PALAVRAS-CHAVE: *Dialogia jornalística; solidariedade orgânica; divisão do trabalho; mediação social; radiojornalismo.*

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Ibercom 2015.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo; mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Libero; jornalista; professora no curso de jornalismo das Faculdades Integradas Rio Branco; membro do grupo de pesquisas do CNPQ Comunicação e Sociedade do Espetáculo. E-mail: mararovida@gmail.com

Introdução

A sociedade contemporânea é marcadamente conflituosa, dada sua diversidade, por um lado, e o adensamento geográfico em níveis acentuados nos espaços urbanos, por outro. Trata-se, portanto, de uma dinâmica em que identidades diferentes, às vezes divergentes, convivem em espaços diminutos. Disso decorre a propensão ao conflito verificada com certa regularidade em estudos que privilegiam as interações sociais ou as situações em que estas se fazem presentes.

No que tange à pesquisa comunicacional, essa realidade não teria como ser ignorada. Ao discutir o fazer jornalístico contemporâneo, seja da perspectiva que for, é imprescindível atentar para o contexto social em que estes processos se inserem. Essa necessidade de contextualização é uma das justificativas para o exercício teórico (e epistemológico) aqui apresentado. Ao aproximar uma perspectiva teórica comunicacional de uma vertente sociológica, tem-se no horizonte a proposta de observar a participação/interferência do jornalismo em dinâmicas sociais além do âmbito da comunicação.

167

O resultado parcial desse movimento teórico é um conceito-síntese que pode ser usado como diretriz para compreender situações urbanas observadas na contemporaneidade. Tanto esta síntese conceitual quanto sua utilização para compreender certas interações observadas no espaço urbano foram exercícios desenvolvidos em pesquisa doutoral realizada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo³. Neste artigo, apresenta-se, portanto, de forma resumida a articulação possível entre a dialogia jornalística (Medina) e a ocorrência de *solidariedade orgânica* (Durkheim) nos espaços urbanos brasileiros na contemporaneidade. O palco de observação empírica da pesquisa mencionada – o trânsito da Região Metropolitana de São Paulo – parece bastante interessante pelo imediatismo da repercussão desses processos e sua tangibilidade. Apesar disso, no texto que segue, apenas os conceitos trabalhados serão discutidos.

³ ROVIDA, Mara Ferreira. Jornalismo em trânsito: o diálogo social solidário no espaço urbano. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP. São Paulo: 2014.

Conflitos e diálogos na urbes

A natureza relacional da sociedade brasileira apontada por estudiosos como Roberto DaMatta não indica apenas a possibilidade de aproximações, num sentido amistoso e positivo, entre representantes da diversidade social, mas também implica em desavenças geradas por essa mesma dinâmica. Algumas vezes, tais aproximações são forçadas e as disputas, tipicamente encontradas nos espaços urbanos adensados, podem se intensificar. Assim, esse cenário se mostra bastante inclinado ao desenvolvimento de relações conflituosas e violentas.

Para entender esse contexto social e, sobretudo, urbano, é necessário pensar o conflito, os mecanismos de violência existentes e suas interferências nas relações sociais. Muniz Sodré distingue dois tipos diferentes de violência. O primeiro deles é, segundo o autor, institucionalizado e invisível, porque praticado pelo Estado, e se concretiza como estado de violência por sua constância. A segunda forma é visível, anômica, desenvolvida por indivíduos marginalizados e excluídos e se concretiza em atos de ruptura (Sodré, 1992: 11). Esse segundo tipo estaria, em grande medida, ligado ao processo de adensamento dos espaços urbanos. O sociólogo francês Émile Durkheim já observava esse fenômeno na Europa, nos anos finais do século XIX. Para o autor, as cidades passaram, com o desenvolvimento do capitalismo, a exercer um poder de atração sobre os indivíduos, isso porque há nesses espaços uma concentração, não apenas da efervescência da vida social, mas também da oferta de trabalho. Esse processo corresponderia, na opinião de Durkheim, à fonte do acirramento dos conflitos e das disputas porque há um número cada vez maior de pessoas vivendo em espaços geográficos cada vez menores. A luta pela vida, nas palavras de Durkheim, se torna “mais ardente” (Durkheim, 2004a: 263), o que possibilita a disseminação de ações de violência praticadas pelos indivíduos em disputa.

No que tange à violência invisível exercida pelo Estado, Sodré retoma as características do patrimonialismo ibérico para entender como o poder instituído exerce sua força de maneira violenta. Mesmo num momento anterior à chegada da Internet no Brasil – o texto de Sodré é de 1992 –, o autor já observava esta sociedade numa perspectiva telorrelacional em que a violência praticada pelo Estado se impõe por uma aproximação entre força militar e poder econômico. A exclusão se torna cada vez mais

profunda e as relações com o outro se tornam mais e mais distanciadas (Sodré, 1992: 33). Essa situação, segundo o autor, resulta das raízes patrimonialistas que respaldam o modelo de administração pública brasileiro e asseguram a lógica dos privilégios e exclusões (Sodré, 1992: 41). Essa dinâmica cria situações em que as diversidades são colocadas em contato de forma negativa e o distanciamento passa a ser almejado. Como a própria configuração física desse modelo de organização social, conforme nota Durkheim, impõe a proximidade aos indivíduos, o conflito se torna inevitável.

Por outro lado, esses movimentos da sociedade não podem ser apresentados como a única forma de interação social existente. Mesmo que em número menor de ocorrências ou restritos a certas situações, às vezes excepcionais, outros formatos de relação social podem ser apreendidos e devem ser levados em consideração. Cremilda Medina (1988: 16-17), por sua vez, observa com ressalvas essa posição teórica, conforme apontado por Sodré, principalmente no que diz respeito à participação da comunicação de massa nesses processos. A autora insiste na ideia de comunicação como interação social e, retomando o desenvolvimento do pensamento comunicacional das últimas décadas, entende a perspectiva de massa como parte de um processo mais amplo de afetações múltiplas⁴.

Parece um tanto contraditório, mas parte dos mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento do conflito também contribui para a ocorrência de aproximações amistosas e dialógicas. Assim, na configuração da organização social brasileira, que apresenta uma relativa disposição para a interação, os encontros entre representantes da diversidade social não estão pautados necessariamente por um aspecto negativo. Roberto DaMatta apresenta essa contradição da realidade social brasileira a partir de festas, cerimônias e personagens folclóricos.

No livro “Carnavais, malandros e heróis” (1997), DaMatta analisa três rituais e três personagens heroicos presentes nessas cenas ritualísticas. São eles o carnaval, a parada militar e a procissão e seus personagens, respectivamente, o malandro, o caxias e o renunciador. A ênfase da análise está no carnaval e no malandro que são observados como situação e personagem que fogem à regra, que se opõem à configuração social

⁴ Mais detalhes desse debate podem ser observados no livro “Notícia, um produto à venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial”, Summus Editorial, São Paulo: 1988.

estabelecida. O carnaval é apresentado como a festa onde a ausência de regras se coloca como regra; momento em que tudo pode e nada é negado e, principalmente, se apresenta como a oportunidade de inverter a lógica da rua e da casa.

A inversão de que trata DaMatta diz respeito a ideia de que a vida social estaria baseada numa divisão entre a rua – espaço público, e impessoal, onde as regras imperam – e a casa – local da intimidade, onde o sujeito social exerce papéis definidos no âmbito familiar e possui uma identidade consolidada. No carnaval, a rua passa a ser palco de cenas que normalmente seriam restritas ao ambiente da casa, isto é, cenas da vida privada. DaMatta observa essa faceta do carnaval ao analisar a sexualidade presente na festa, a exposição de fantasias e situações privadas e a inversão de papéis como as representações de blocos de homens vestidos de mulheres. A lógica se inverte e aquilo que antes se restringia a intimidade da casa passa a ser encenado na rua, no espaço público transformado em espaço sem regra, sem limites.

Outra implicação da análise a partir dessa lógica que divide a vida social entre a rua e a casa é o papel e os comportamentos que esses dois ‘espaços’ impõem ao sujeito social. O autor faz uma diferenciação entre *pessoa* e *indivíduo* para entender como esse sujeito se coloca em cada um desses espaços. Com base nessa ideia, o sujeito como *indivíduo* ocupa uma posição de igualdade e é indiferenciado (do ponto de vista das hierarquias) em relação aos demais, perante as regras – esse seria o padrão comportamental adotado no espaço da rua. O *indivíduo* é particularizado, é livre e pode fazer escolhas o que seria um direito fundamental. Já como *pessoa*, o sujeito social é totalmente integrado à sociedade; ele faz parte dela e desempenha papéis específicos. Dessa forma, como *pessoa*, ele se encontra vinculado à totalidade social por ser parte integrante dela o que limita sua capacidade de decisão e suas escolhas – esta seria a situação mais comumente encontrada no espaço da casa. DaMatta demonstra que a vida em sociedade compreende ambas formas de convívio (como *indivíduo* e como *pessoa*), mas existiria no Brasil uma predominância da perspectiva do sujeito social como *pessoa*, dada a configuração segmentaria da sociedade brasileira.

O autor faz uma diferença entre sociedades hierarquizadas e outras igualitárias e, segundo essa concepção, o Brasil seria caracterizado pelo primeiro tipo e traria em sua formação noções de crescente interdependência. Ele cita Durkheim para retomar a ideia

de segmentação social e das relações de dependência dos segmentos entre si. Além desse fator, nesse tipo de sociedade, que está entre aquelas denominadas por Durkheim como complexas, há uma profusão de pontos de vista distintos do todo social, sendo que cada um deles corresponderia ao de um segmento (DaMatta, 1997: 75).

Mesmo sendo marcada pelas singularidades de participação social de cada grupo, essa sociedade segmentaria, segundo DaMatta, não restringe as pessoas às interações sociais de um único coletivo. Encontram-se nessa sociedade espaços e situações de mediação entre os segmentos sociais. Mais uma vez a análise do carnaval ajuda a compreender essa dinâmica, pois é esse ritual, ao lado de outros, que colocará em foco a existência desses espaços de encontro entre os sujeitos, independentemente das hierarquias e diferenças sociais que, em geral, os separam. DaMatta enfatiza que a segmentação não dilui os pontos de contato; mesmo divididos em coletivos, os sujeitos sociais e seus respectivos grupos permanecem fazendo parte da totalidade da sociedade e isso fica evidenciado no papel exercido pela escola de samba, por exemplo, durante o carnaval.

A conciliação se torna o ponto central da dinâmica social desses grupos e da sociedade inclusiva. Por causa disso a escola de samba (e tantas outras instituições populares) serve de *mediação entre segmentos sociais* (grifo nosso) com interesse social e politicamente contrários (DaMatta, 1997: 135).

Mas, essa conciliação observada a partir da análise do carnaval não deve ser entendida como a situação que predomina, embora seja, como pontua DaMatta, parte essencial que caracteriza a vida em sociedade no Brasil. Mais um vez, o conflito irá aparecer como uma situação muito mais recorrente do que esses momentos de conciliação.

Tem-se, assim, a ideia de que a sociedade brasileira é bastante conflituosa, apresenta uma propensão às disputas de forma violenta e as diferenças são, em várias situações, mediadas por uma hierarquização dos grupos e coletivos. Em contrapartida, não se deve perder de vista o fato de que essa mesma sociedade dispõe de mecanismos de interação social que podem produzir espaços de diálogo. São esses momentos e essas situações que interessam neste trabalho, principalmente no que tange ao diálogo social promovido pela mediação jornalística, conforme propõe Cremilda Medina.

A dialogia jornalística

A perspectiva teórica do jornalismo como um espaço de mediação dialógica é apresentada e defendida por Cremilda Medina ao longo de sua trajetória acadêmica. A dialogia praticada pelo jornalista, abordado como um mediador das diversidades em disputa é tema central de parte considerável de sua obra. A autora não se concentra apenas no debate teórico e epistemológico sobre o fazer comunicacional, como também investe em laboratórios empíricos que demonstram a viabilidade dessa perspectiva. Assim, neste artigo, a noção de dialogia está alicerçada por esse trabalho de Medina⁵.

O diálogo social promovido pelo jornalista se estabelece numa relação triádica – protagonistas, mediador e público – em que os atores, agentes ou personagens sociais se encontram. Para colocar em movimento esse processo, o mediador dialógico irá atuar com o mundo das ideias, o imaginário coletivo e com os comportamentos culturais. Isso tudo permite, segundo Medina, lidar com a complexidade das situações sociais apresentadas, ultrapassando os reducionismos e colocando em diálogo os protagonistas das narrativas e aqueles que fazem parte do público (Medina, 1996: 13).

Antes de pensar a narrativa produzida pelo jornalista, é preciso observar de que maneira esse mediador entra em contato com os protagonistas das situações ou cenas observadas. Esse primeiro momento do processo de produção da comunicação que pode, por vezes, resultar em diálogo social é crucial e marca sobremaneira a própria narrativa. Estar aberto ao desconhecido, permitir ser afetado pelo outro são posturas que se encontram na linha de frente dessa proposta. Em “A arte de tecer o presente” (2003), Medina apresenta com Paulo Roberto Leandro as bases do que foi, na época da primeira edição da obra (1972), chamado de Jornalismo Interpretativo. Nesse texto, retomado em “Atravessagem” (2014), a autora expõe a proposta de um fazer jornalístico pautado pela decifração do mundo e não mais pela explicação dos fatos.

Quando se constrói um personagem ou uma história de vida, as fronteiras do real e do imaginário se borram. O método do questionário em uma entrevista, com a pré-pauta estabelecida e os resultados previsíveis, cai por terra na interpretação humana criadora de um encontro sem cartas marcadas. Também a crença de um rigor profissional que chegue à fidelidade objetivista, em última instância a

⁵ Embora a nomenclatura (dialogia) possa ser encontrada em outros autores como Mikhail Bakhtin, aqui o termo é usado estritamente na perspectiva de Cremilda Medina.

uma única verdade, só persiste em atitudes arrogantes. A humanização pretendida em *Arte de tecer* (grifo da autora) mexia com a esfera não controlável da decifração (grifo da autora) (Medina, 2014: 43).

Estar aberto ao outro no encontro cotidiano da reportagem jornalística é o primeiro passo para o desenvolvimento do diálogo social que pode, por vezes, culminar numa interação social criadora (Medina, 2014: 76). De acordo com essa perspectiva, o jornalista, em seu papel de mediador social, ao se mostrar afeto aos protagonistas dos fatos, especialistas e demais fontes de informação não se limita ao cumprimento burocrático de uma pauta prévia. Ele age como um verdadeiro pesquisador que imerge e se deixa afetar pelas situações experimentadas. Com as sensibilidades aguçadas, ele sai de suas imersões transformado. Essa interação criadora (e transformadora) é inspiração para a elaboração de narrativas que, a posteriori, colocarão mais um ator social nessa dinâmica, o público fruidor da informação. O signo da relação, ou linguagem dialógica, acontece pela narrativa autoral e é mais do que um ideal do fazer jornalístico, é uma possibilidade testada e apresentada em inúmeros trabalhos desenvolvidos em laboratórios de prática jornalística, bem como na experiência profissional da própria autora (Medina, 2014: 45).

O contato com os protagonistas é, certamente, essencial. A narrativa dialógica vem na sequência como aspecto culminante desse processo. Mas para que haja realmente diálogo com o público é imprescindível que a experiência específica, seja da história contada ou dos personagens apresentados, esteja contextualizada e articulada com o momento contemporâneo, com a sociedade, com o ambiente em que a situação foi desenvolvida. A articulação dos nexos sociais, culturais, políticos, enfim deve estar presente na narrativa para que a dialogia se estabeleça (Medina, 2014: 115).

Na tessitura do presente pelo mediador social, as relações entre observador e observado, entre quem pergunta e quem responde, entre quem narra e quem é parte da narrativa não mais serão pensadas pela lógica sujeito-objeto. Além de costurar nexos com a realidade ampliada, o jornalista precisa se apresentar diante de suas fontes de uma outra maneira, mais complexa, mais humana e, portanto, mais afeta.

Uma das rupturas paradigmáticas essenciais na comunicação social é justamente a relação sujeito-sujeito, no lugar da relação sujeito-objeto.

Mas se o contato vivo Eu-Tu, Tu-Eu (Buber, 1982) se faz necessário na dialogia do jornalismo, não é de forma diferente da relação médico-paciente (paciente?) na medicina ou do sujeito-pesquisador e os protagonistas do campo de pesquisa, segundo o paradigma cientificista tradicional, nomeado de objeto de pesquisa (Medina, 2014: 128).

A partir desse encontro, pautado pela relação sujeito-sujeito, e da leitura ampliada, o jornalista sai preparado para a segunda etapa, por assim dizer, desse processo comunicacional. A elaboração da narrativa, movimento fortemente influenciado por essa experiência primeira – o contato com a realidade sobre a qual falará –, terá marcas autorais indiscutíveis. O jornalista não pode ser, nessa perspectiva, comparado a um técnico que apenas elabora objetivamente um relato sobre situações e histórias alvo de pauta em um determinado veículo de comunicação. A narrativa resultante de sua prática comunicacional é fortemente marcada ou influenciada por três distintos feixes de forças, dentre os quais encontra-se a autoria do mediador.

O primeiro feixe de forças observado por Medina é formado pelos grupos de poder “que vão da própria empresa emissora aos grupos externos organizados econômica, política, social e culturalmente” (Medina, 1996: 19). O segundo feixe é formado por forças culturais e o terceiro é originado pelo próprio produtor da informação (Medina, 1996:19-20). Um comunicador realmente maduro terá habilidade para evidenciar em sua narrativa não apenas as forças de poder que incidem sobre o fato, como também mostrará as forças culturais presentes e, claro, sua própria interferência como agente de mediação social. Para contemplar em sua narrativa todas essas forças que interferem no processo comunicacional e que, ao mesmo tempo, se fazem presentes nas situações observadas, o mediador certamente terá de acionar suas potencialidades intuitivo-sintéticas, lógico-analíticas e motor operacionais (Medina, 1996: 25-26). Em outras palavras, o mediador precisará colocar a prova sua habilidade em congregar a polifonia e a polissemia de suas fontes de informação, de seu público e dele mesmo (Medina, 1996:27); isso implica em desenvolver uma leitura cultural.

O jornalista, entre outros profissionais, é um leitor cultural. A leitura que se transforma na narrativa jornalística poderá ou não conter as digitais de uma sociedade, se captar o mundo à volta pelo radar de fina sintonia da sensibilidade *solidária* (grifo nosso). Será uma obra de autoria, se criar nexos dos sentidos da realidade pela razão complexa.

E estará apto a produzir uma narrativa original, reconhecida pelas formas inovadoras de arte, em oposição às fórmulas burocráticas da inércia do poder. Sensibilidade solidária ao presente, inteligência sutil na decifração do acontecimento e criatividade literária (lato senso) resultam numa ação renovadora no domínio das mentalidades. Afinal todo agente cultural, o jornalista, por exemplo, ambiciona intervir na realidade. Em outras palavras, contribuir para o aperfeiçoamento das instituições e da cidadania (Medina, 2008: 10).

A mediação social, exercida pelo jornalista, parece se tornar visível e tangível nas narrativas. Por meio desses textos, percebe-se o desenvolvimento de um processo amplo de relações costuradas. Assim, a eficiência da mediação dialógica requer uma capacidade narrativa pautada pelos “códigos de relação humana” (Medina, 1996: 214) e, segundo Medina, isso vai além do domínio da gramática. Essa forma de atuação jornalística será observada em sua singularidade nas marcas de autoria presentes nessas narrativas. Mesmo que esses mediadores utilizem como matéria-prima a informação, seu texto, seja uma peça curta ou um livro, estará sempre carregado de marcas individualizadas (Medina, 1996: 217). Como a produção, nessa perspectiva, leva em consideração a interferência dos feixes de forças, dentre eles o do próprio mediador, tais marcas fazem parte da dinâmica dessa mediação.

Para Medina, as artes ajudam a desenvolver a capacidade cognoscitiva do mediador, bem como a pesquisa de campo e a observação participante da etnografia ajudam na ampliação e no aprofundamento dos nexos culturais. O texto só terá vivacidade na medida em que a observação feita anteriormente for inspiradora. Aliás, Medina defende que a própria observação e o diálogo com os protagonistas apontam a melhor forma de narrativa; “é na realidade narrável que se encontra o mote de estrutura narrativa” (Medina, 1996: 228). Em tal narrativa, a vivacidade do acontecimento se preserva e a ‘palavra-revelação’ ganha espaço. Segundo a autora, nesse tipo de narrativa, a situação ou cena contada ganha vida e o texto permite ao público interagir com a história que se desenrola. Perspectiva bem diferente daquela presente na noção de palavra burocrático-descritiva da tradição jornalística em que a cena é morta, acontecida, o famoso “realizou-se ontem” (Medina, 1996: 227).

A solidariedade orgânica

A dialogia jornalística, promovida pela mediação do jornalista, acaba por tocar em certas dinâmicas sociais características da sociedade capitalista contemporânea. Em seus fazeres cotidianos, o mediador aciona uma rede de relações que, numa observação mais minuciosa, se mostra alinhada à solidariedade típica das sociedades capitalistas. Em outras palavras, é possível perceber a ocorrência de *solidariedade orgânica*, originada pelo processo de divisão do trabalho, na produção da comunicação dialógica.

Na pesquisa, mencionada anteriormente, uma etnografia do trabalho dos repórteres da Rádio SulAmérica Trânsito (FM 92.1 SP) – emissora especializada na cobertura do trânsito de São Paulo – foi realizada. Os jornalistas acompanhados nessa pesquisa de campo atuam diretamente no espaço de ruas e avenidas da cidade; estão imersos, portanto, no cenário de suas narrativas. Baseando-se nesse levantamento, é possível perceber como a solidariedade social se revela pela comunicação jornalística tanto na etapa de apuração (quando o mediador se aproxima dos protagonistas e personagens de suas narrativas), como na interação com o público propiciada pelo produto de seu trabalho (as narrativas).

Antes de investir na observação dessa relação entre dialogia jornalística e solidariedade social, se faz necessário revisar, mesmo que rapidamente, o conceito de *solidariedade orgânica* apresentado pelo sociólogo francês Émile Durkheim.

As sociedades capitalistas apresentam uma propensão à concentração demográfica, conforme já mencionado, e sua organização se pauta pelo amplo aprofundamento das especialidades de trabalho (Durkheim, 2004a: 258). Em outros termos, no capitalismo a divisão do trabalho se expande na mesma medida em que a sociedade se desenvolve. Segundo Durkheim, esse fator não terá impacto apenas no que diz respeito às questões econômicas, mas surtirá efeitos em toda a dinâmica social.

Mas, a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, jurídicas especializam-se cada vez mais. O mesmo ocorre com as funções artísticas e científicas. (...) De Candolle prevê que, num dia próximo, a profissão de cientista e a de professor, ainda hoje tão intimamente ligadas, se dissociarão definitivamente (Durkheim, 2004a: 2-3).

Essa divisão de especialidades profissionais terá tamanha repercussão para a organização da vida em sociedade que o sujeito social terá sua identidade fortemente

marcada por suas relações de trabalho. Os vínculos com o ambiente de trabalho e com os demais profissionais de um determinado setor, além do tempo dedicado a uma atividade específica, acabam por interferir na visão de mundo, nos comportamentos e interesses do indivíduo. Desse processo resulta o fortalecimento do aspecto profissional da identidade social que passa, nas sociedades capitalistas, a ser tão ou mais relevante do que as facetas religiosas, étnicas e de origem geográfica. Por isso, a divisão do trabalho será considerada uma fonte de diferenciação social ou de ampliação da diversidade social.

Além dessa interferência clara na formação das identidades, a divisão do trabalho também causará impactos na forma como os vínculos se orientam e, portanto, interferem nas relações sociais. O convívio no grupo profissional fará com que as pessoas se identifiquem com seus pares, ao mesmo tempo que se diferenciem dos demais coletivos observados nessa sociedade.

(...) e é essa partilha de funções, ou, para empregarmos a expressão consagrada, essa divisão do trabalho que determina essas relações de amizade. Somos levados, assim, a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade (Durkheim, 2004a: 21).

O sentimento de solidariedade originado pela divisão do trabalho deve ser compreendido a partir de duas esferas. A primeira se restringe ao processo acima descrito em que os vínculos com o grupo se tornam um diferencial identitário, por um lado, e um fator comum a ser compartilhado por quem participa de um mesmo coletivo profissional. A segunda esfera diz respeito a instância macrossocial, isto é, a dinâmica social mais ampliada em que as diferenças são superadas pela lógica da interdependência – que se desenvolve na mesma proporção (e como contrapartida) da intensificação da divisão do trabalho. Quanto maior o grau de especialização e de partição do processo produtivo capitalista (entendido em sentido amplo), maior será a dependência mútua entre os grupos que fazem parte dessa dinâmica. A interdependência é, dessa forma, percebida como um processo que coloca em evidência, em certos momentos, o ponto de contato entre os representantes da diversidade social: a sociedade da qual todos fazem parte.

É a divisão do trabalho que, cada vez mais, cumpre um papel exercido outrora pela consciência comum; é principalmente ela que mantém juntos os agregados sociais dos tipos superiores. Eis uma função da divisão do trabalho muito mais importante do que a que lhe é de ordinário reconhecida pelos economistas (Durkheim, 2004a: 156).

Embora esse sentimento de solidariedade originada pela divisão do trabalho – na perspectiva do grupo, mas principalmente na esfera macrossocial – faça parte da dinâmica capitalista, as interações pautadas pelo conflito e pelas disputas fomentadas pelas diferenças são mais corriqueiras e comuns. Por isso, Durkheim deseja que os “sentimentos de solidariedade que são ainda quase desconhecidos” (Durkheim, 2004b:498) se tornem mais presentes nas interações sociais.

Reconhecer que o aspecto conflituoso é mais corriqueiro não impede a observação de que existem momentos de diálogo, espaços propícios e propensos às interações amistosas. A *solidariedade orgânica* pauta em alguns momentos o encontro das diversidades sociais. Isso se faz presente no trabalho dos jornalistas e pode ser expandido por meio das narrativas elaboradas e divulgadas por esses mediadores.

O diálogo social solidário

É pertinente frisar, nesse momento do debate, que tanto Medina quanto Durkheim estão tratando de processos sociais muito mais potenciais do que recorrentes. Isso não significa que sejam situações ideais ou idealizadas. Num primeiro momento, Durkheim apresenta a *solidariedade orgânica* como a chave para compreender de que maneira uma sociedade tão diversa e, portanto, conflituosa mantém algum grau de coesão social. Além das questões de regras morais, leis e autoridades reconhecidas nesta sociedade, existe um sentimento de pertencimento que abarca os grupos e indivíduos; esse sentimento ainda pouco conhecido e pouco explorado é a *solidariedade orgânica* (Durkheim, 2004b: 498).

Por sua vez, Medina apresenta a narrativa transformadora, criada com base na dialogia, como aquela que tem reverberações na realidade. Na melhor das possibilidades, quando a interação entre mediador e fontes (ou personagens) é plena e o diálogo se estabelece, pode ocorrer o que autora denomina de interação social criadora

(Medina, 2008:31); esse processo irá impregnar o texto jornalístico e poderá ser percebido pelo público. Mas não há garantias incontestáveis de que uma narrativa, elaborada com base numa prática dialógica, possa fazer com que os indivíduos envolvidos no processo comunicacional (fontes, mediador e público) interajam respeitosamente ou solidariamente. O resultado desse processo é um tanto incontrolável, mas é aceitável colocá-lo como objetivo que orienta o trabalho do mediador; finalidade esta que extrapola o domínio da comunicação e estabelece vínculos entre o jornalismo e esse sentimento perseguido e estudado por Durkheim.

Mesmo que essa interação transformadora não esteja presente nos processos comunicacionais como um modelo majoritariamente recorrente, os estudos a respeito dessa interferência da narrativa jornalística nas relações sociais demonstram empiricamente ser este um resultado bastante possível. Mais do que uma perspectiva idealizada, esta é sem dúvida uma noção testada em laboratórios de prática e de observação jornalísticas ao longo das últimas décadas pelo grupo de alunos e pesquisadores orientados pela professora Cremilda Medina, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo⁶. Assim, encontra-se nessa aproximação de conceitos uma chance de observar empiricamente ocorrências de *solidariedade orgânica* a partir da interação social transformadora decorrente da mediação jornalística.

Essa possibilidade de a narrativa jornalística dialógica repercutir de forma a criar um espaço propenso à interação solidária é aqui denominada de *diálogo social solidário*. Assim, nos momentos em que a mediação jornalística, dialogicamente orientada, propulsiona e dá visibilidade para a ocorrência da solidariedade que coloca os indivíduos, marcados pela diversidade social típica do capitalismo, em sintonia pelo sentimento de pertencimento a algo que supera suas diferenças, o *diálogo social solidário* acontece.

Na pesquisa desenvolvida (e citada anteriormente), percebeu-se que a rede social acionada pelo repórter que cobre o trânsito *in loco* se mostra diversa justamente pelo aspecto profissional de cada indivíduo contatado pelo jornalista. Além disso, boa parte

⁶ Mais detalhes sobre esses laboratórios podem ser consultados na série São Paulo de Perfil, materializada em 27 livros, e no Projeto Plural cujos resultados dos encontros interdisciplinares promovidos por Medina deram origem a 15 livros.

dessas pessoas trabalha nesse mesmo espaço urbano e, portanto, todos têm um interesse comum: as (boas) condições de tráfego de ruas e avenidas da cidade. Assim, a colaboração com o trabalho do repórter de trânsito se alinha a um objetivo maior que supera as singularidades de cada grupo. O próprio jornalista, vez ou outra, colabora diretamente com suas fontes – passando informações de antemão para as autoridades, por exemplo, para agilizar um socorro ou uma interdição de via. As relações estabelecidas nesse processo são pautadas por um sentimento de ajuda mútua e a convivência se apazigua não apenas entre aqueles que são imediatamente alcançados pelo mediador no processo de produção da comunicação, como também por aqueles que são “tocados” pelas narrativas. Isso se dá pelo fato de que o ouvinte (público fruidor da informação) dessa emissora, em geral, também se encontra nesse mesmo espaço urbano e compartilha do interesse pelas condições de trânsito. Assim, nessa análise os três atores presentes no processo comunicacional (fontes, mediador e público) estão imersos num mesmo espaço urbano e possuem interesses comuns – o que representa pontos de contato e de superação das diferenças. Dessa forma, quando o jornalista é capaz de apresentar em sua fala os feixes de forças presentes no seu próprio fazer comunicacional, o mediador dá visibilidade e amplia a esfera de abrangência de um fenômeno social ainda pouco observado, a *solidariedade orgânica*.

Referências

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco, Rio de Janeiro: 1997.

_____. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1991.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Martins Fontes, São Paulo: 2004a.

_____. *O suicídio*. Martins Fontes, São Paulo: 2004b.

MEDINA, Cremilda (org.). *Povo e personagem*. Ulbra, Canoas: 1996.

_____. *A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano*. Summus, São Paulo: 2003.

_____. *Atravessagem – reflexos e reflexões na memória de repórter*. Summus, São Paulo: 2014.

_____. *Notícia, um produto à venda – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. Summus Editorial, São Paulo: 1988.

_____. *Povo & Personagem – sociedade, cultura e mito no romance latino-americano*. Fundação Memorial da América Latina, São Paulo: 2008.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado – violência urbana, neogrotesco e mídia*. Cortez, São Paulo: 1992.